

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de novembro de 2023 às 07h56
Seleção de Notícias

O Globo Online | BR

Propriedade Intelectual

Enquanto a inteligência artificial voa, a regulação caminha lentamente. Veja os 17 pontos mais discutidos

ECONOMIA E NEGÓCIOS | RAFAEL GARCIA | AUTOR

3

CNN Brasil Online | BR

13 de novembro de 2023 | Marco regulatório | INPI

Tempo gasto para registro de patentes cairá de sete para dois anos, diz secretária à CNN

AUTOR

6

Enquanto a inteligência artificial voa, a regulação caminha lentamente. Veja os 17 pontos mais discutidos

ECONOMIA E NEGÓCIOS



O avanço da inteligência artificial (IA) e o temor de impactos negativos sobre diferentes áreas da sociedade têm motivado centenas de propostas pelo mundo para nortear ou regular o desenvolvimento desse tipo de tecnologia e já mobilizam governos.

No entanto, enquanto a IA se expande em ritmo exponencial sem barreiras, há pouco de concreto em governos, parlamentos e órgãos regulatórios sobre como coibir o mau uso dos sistemas.

A busca com IA pode afetar tráfego de sites e alimentar desinformação. "Transparência" e "segurança" são preocupações explícitas na maioria das iniciativas, mas questões como "veracidade", "**propriedade** intelectual" e "proteção à infância" são menos mencionadas.

A conclusão é de um estudo realizado por pesquisadores da PUC-RS, que analisaram mais de 200 documentos de 37 países, entre projetos de lei, propostas de autorregulação, códigos de ética e outros tipos de proposta para disciplinar a IA.

Motivos principais - Foto: Infografia/O Globo Pas-abpi.empauta.com

sando um pente fino no material recolhido, o grupo identificou 17 princípios gerais citados (veja no quadro) e concluiu que, embora não haja unanimidade nas propostas, seis dos valores defendidos eram citados em pelo menos metade dos documentos. "Transparência" em relação às políticas das empresas de IA e algoritmos abertos ou sujeitos a auditoria estão no topo da lista.

"Privacidade" também apareceu bem acima, bem como "responsabilidade", por muitos especialistas entenderem que a base legal para criadores de IA serem punidos por consequências maléficas da tecnologia ainda é frágil.

Testamos o sistema do que gera respostas com uma IA generativa

Mobilização global O trabalho foi feito antes de líderes da União Europeia, dos EUA, da China e de cerca de outros 20 países (entre eles o Brasil) assinarem a Declaração de Bletchley para um desenvolvimento "seguro" da IA, na primeira cúpula global sobre os impactos desse novo tipo de tecnologia, realizada no há dez dias.

Rishi Sunak, primeiro-ministro britânico, recebe o bilionário Elon Musk para debate em cúpula sobre IA - Foto: Kirsty Wigglesworth/POOL/AFP No documento, destaca-se "a necessidade urgente de compreender e administrar coletivamente os riscos potenciais" da IA. "Há potencial para danos graves e até catastróficos, deliberados ou não, decorrentes das capacidades mais significativas desses modelos de IA", diz outro trecho, defendendo uma cooperação global para lidar com os riscos.

Continuação: Enquanto a inteligência artificial voa, a regulação caminha lentamente. Veja os 17 pontos mais discutidos

Um relatório do governo britânico alertou que sistemas avançados de IA facilitariam a construção de armas químicas e biológicas, ataques cibernéticos, fraudes e abuso sexual de crianças e até mesmo representaria um risco para a própria Humanidade. Por outro lado, o relatório também ressaltou que há benefícios, inclusive o de tornar serviços públicos mais eficientes e baratos.

Em paralelo, o G7 (que reúne potências econômicas globais) propôs um código de conduta para empresas que desenvolvem IA, e o presidente americano, Joe Biden, lançou a primeira diretriz do país para setor, exigindo testes para evitar que tecnologia seja usada para armas biológicas ou nucleares e recomendando a adoção de selos para identificar conteúdo gerado por IA.

- Precisamos governar esta tecnologia - afirmou Biden.

No estudo da PUC-RS, publicado na revista científica "Patterns", os pesquisadores identificam também de onde estão partindo as propostas para reger o desenvolvimento da IA, e constataram que, além de órgãos governamentais, as empresas privadas estão à frente da maioria das iniciativas.

OpenAI, dona do ChatGPT, o sistema de IA que popularizou o termo - Foto: Jackie Molloy/The New York Times Juntos, governo e indústria contribuíram com quase metade das proposições, enquanto grupos acadêmicos e ONGs aparecem em segundo plano.

4 ameaças favorecidas pela IA:

'Deepfakes' melhores: Manipular vídeos, imagens e áudios se torna uma tarefa acessível a quase todo mundo a partir de sistemas de inteligência artificial generativa. O resultado também é mais rea-

lista. **Hackeamento de senhas:** Cibercriminosos usam inteligência artificial para aperfeiçoar algoritmos usados para decifrar senhas. A adivinhação fica mais rápida e precisa, e os hackers ganham eficiência. **Engenharia social:** Com IA, hackers automatizam processos para gerar ataques que buscam induzir usuários de dispositivos ao erro por meio de manipulações, seja com 'deepfakes' ou 'phishing'. **Envenenamento de dados:** Nesse caso, o foco é a própria IA. Hackers alteram dados de treinamento usados por um algoritmo de IA para influenciar as decisões que um sistema toma, o que pode ser difícil de detectar.

Regulação solicitada O bilionário Elon Musk, um dos principais expoentes da indústria de tecnologia americana e que também investe em IA, foi um dos participantes da conferência que reuniu chefes de Estado no Reino Unido.

Todas as grandes companhias do setor, incluindo Meta, OpenAI, e IBM, já possuem suas próprias cartas de princípios para inteligência artificial, e estão pedindo a governos que regulem o setor. As empresas temem que uma regulação muito pesada atrapalhe seus negócios.

Veja imagens criadas por O GLOBO com ajuda do Midjourney, site de inteligência artificial 1 de 10

Imagem simula zebras na Lagoa Rodrigo de Freitas - Foto: Midjourney 2 de 10

Imagem simula zebras na Lagoa Rodrigo de Freitas - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 10 fotos 3 de 10

Carros voadores - Foto: Midjourney 4 de 10

Carros voadores - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 5 de 10

O cantor Elvis Presley no metrô de Nova York - Foto: Midjourney 6 de 10

Continuação: Enquanto a inteligência artificial voa, a regulação caminha lentamente. Veja os 17 pontos mais discutidos

O cantor Elvis Presley no metrô de Nova York - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 7 de 10

O empresário Elon Musk em Marte - Foto: Midjourney 8 de 10

O empresário Elon Musk em Marte - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 9 de 10

O Rei Charles III coroado - Foto: Midjourney 10 de 10

O Rei Charles III coroado - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade Os pesquisadores da PUC-RS ressaltam que leis com muitas exigências de salvaguardas, que requerem investimentos altos, podem prejudicar grupos de pesquisa em universidades e iniciativas pequenas.

A base de dados construída pelo grupo da PUC-RS inclui tudo o que os pesquisadores encontraram em cinco línguas ocidentais (inglês, português, espanhol,

francês e alemão) e contém, por exemplo, normas que a União Europeia adota para IA. O projeto de lei que tramita no Brasil sobre o tema, porém, só surgiu quando o estudo já estava concluído, mas o grupo da PUC-RS produziu uma carta separada com recomendações sobre a iniciativa.

Pelo menos 13 dos 17 princípios que os pesquisadores listam aparecem explicitamente no projeto de lei proposto pelo Senado, incluindo a "centralidade da pessoa humana", o "respeito aos direitos humanos" e a "não discriminação". O que nem a proposta brasileira nem a maioria das outras detalham é como sair da abstração para soluções reais.

Webstories

Tempo gasto para registro de patentes cairá de sete para dois anos, diz secretária à CNN



O governo federal pretende diminuir para menos da metade o tempo médio atual de **registro** de patentes no Brasil até 2026.

Na avaliação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), acelerar o registro de propriedades intelectuais fomenta emprego e renda, além de estimular o aumento de novas tecnologias no país, que também poderão ser exportadas.

"Atualmente, o Brasil tem mais de 20 milhões de micro e pequenas empresas. E os dados mostram que, em 2023, esse grupo de empresas gerou quase 70% dos novos empregos no país. Então, você imagina quantos processos produtivos foram inovados, quantas pequenas invenções surgiram, quantas marcas poderiam ter sido criadas", disse a secretária de Competitividade e Política Regulatória do MDIC, Andrea Macera.

"Por isso que a gente fala: É valorizar a invenção e a criatividade. Se essa filosofia for corretamente disseminada e as pessoas forem capacitadas, então existe um enorme potencial de você gerar emprego e renda", afirmou Macera, em entrevista à CNN.

De acordo com a secretária, estimular o **registro** de patentes também se traduz em investimento in-

ternacional, além de fomentar cérebros em comunidades mais pobres.

"Você pode licenciar esses ativos, ser remunerado por isso e, no caso das **indicações** geográficas e marcas, pode alavancar as nossas exportações. Isso é ganho de competitividade para a indústria brasileira".

"A estratégia tem justamente esse objetivo: agregar valor para os nossos produtos e serviços e incentivar a criatividade e a inovação no país", acrescentou Macera.

A proposta mencionada pela secretária é o Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), publicado no Diário Oficial da União (DOU) no fim de outubro.

A meta é reduzir o tempo de decisão sobre pedidos de patentes, de 6,9 anos para três anos, até julho de 2025 -e para dois anos em 2026.

O projeto foi elaborado pelo Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) e reúne 63 ações e 161 entregas em sete eixos de atuação.

Há iniciativas de governança, educacionais, de mentorias e capacitação, atualizações normativas e de qualificação da estrutura e simplificação de processos, entre outras.

Há ainda a previsão da propriedade intelectual como ferramenta de desenvolvimento sustentável. Estão previstas entregas como a realização de matchmaking em tecnologias verdes e capacitações na região amazônica, além de marcas coletivas.

Serão também realizadas ações para a promoção da diversidade dos usuários do sistema nacional de propriedade intelectual com mentorias sobre o tema em programas de capacitação de mulheres em-

Continuação: Tempo gasto para registro de patentes cairá de sete para dois anos, diz secretária à CNN

preendedoras, como o Elas Exportam e Empreendedoras Tech.

Um dos eixos do plano busca enxugar o estoque de análises de **patentes** e de marcas. Atualmente, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), órgão governamental responsável por conferir e cancelar as propriedades intelectuais, tem um estoque pendente de análise de 115 mil **patentes**, mas com capacidade anual de 27 mil análises.

Para marcas, o número é ainda maior, chegando a 426 mil em estoque pendentes, com capacidade anual em 279 mil análises.

Macara aponta que metade desse estoque fica para o ano seguinte e que vão se acumular para os próximos anos. Mas que corre o risco de não conseguir analisar a tempo e perder o timing.

"Se forem análises de biotecnologia ou química, por exemplo, devido à dinâmica de descobertas, se não foi registrada naquele momento, você perde o bonde. Então é preciso dar mais agilidade e fortalecer o **INPI** institucionalmente", afirmou.

Macara indica, ainda, outros gargalos. Como exemplo, cita a alta burocracia para empresas estrangeiras e questões de legislação.

Outro ponto abordado foi a automatização dos fluxos. Hoje o **INPI** tem 14 sistemas diferentes e complementares para pedir a concessão de uma patente.

Além disso, o **registro** de patentes não necessariamente se traduz em **transferência** de tecnologia. Segundo a secretária do MDIC, mais da metade dos registros de **patentes** no país estão nas universidades, mas elas não são utilizadas pelo setor

privado.

Para mudar essa realidade, está prevista a realização de rodadas de negócios entre as faculdades e institutos para oferecer as invenções às empresas.

"Hoje você já tem os institutos de ciência e tecnologia das universidades, que são os principais responsáveis pelos registros de **patentes**, mas a gente tem que ter ações, rodadas de negócio, em que você faça esse casamento. Você traz as empresas e as universidades e coloca elas para conversarem", destacou.

Algumas iniciativas educacionais terão como objetivo disseminar a cultura da propriedade intelectual brasileira para públicos de diferentes níveis de formação. Caso do programa Propriedade Intelectual nas Escolas, que premia docentes de escolas públicas que levam o conhecimento de PI para os alunos, propostas para o ensino superior e técnico serão discutidas em um grupo técnico.

Macara aponta que uma das ideias é estimular a cultura de criar e patentear as invenções nos espaços de ensino, como escolas e faculdades. De acordo com a secretária, o tema já foi debatido com o Ministério da Educação, que promoverá ações em conjunto com o MDIC.

"A gente tem vários assuntos planejados. O próprio MEC já disse inclusive que outros países já ensinam desde o ensino básico e intermediário sobre propriedade intelectual. Há nações que a PI é uma disciplina obrigatória nas universidades. No Brasil não. Então de fato é uma falha, já que a gente quer disseminar essa cultura. Então a gente já conversou com o MEC inclusive sobre capacitar os professores também", afirmou.

Continuação: Tempo gasto para registro de patentes cairá de sete para dois anos, diz secretária à CNN

De acordo com Macera, ainda não se trata de uma mudança curricular, seja no ensino básico ou superior, mas que neste momento as ações são mais de participação. "Existe essa proposta, que foi muito bem aceita, mas por enquanto são ações, eles têm lá diversos canais de comunicação com os vários pro-

fessores de diferentes níveis educacionais, e aí eles já têm algumas ações de capacitação", pontuou.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Denominação de Origem
6

Inovação
6

Marco regulatório | INPI
6

Patentes
6